



Propostas para o Fortalecimento da Agroecologia e do Desenvolvimento Sustentável diante da Emergência Climática

Proposals for Strengthening Agroecology and Sustainable Development in the face of Climate Emergency

PADOVAN, Milton Parron¹; FEIDEN, Alberto²; KOMORI, Olácio Mamoru³; COSTA, Edgar Aparecido da⁴; CAMPOS, Raquel Pires⁵

¹Embrapa Agropecuária Oeste, Dourados, MS, milton.padovan@embrapa.br; ²Embrapa Pantanal, Corumbá, MS, alberto.feiden@embrapa.br; ³Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, Glória de Dourados, MS, olacio.komori.@gmail.com; ⁴Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, edgarac10@gmail.com; ⁵Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, raquel.campos@ufms.br

Resumo: Nos encontramos num momento da história sob grandes preocupações quanto ao futuro, uma vez que vivenciamos a emergência climática, com secas extremas, enchentes devastadoras, ondas de calor nunca vistas, associadas a queimadas descontroladas, que são algumas das consequências indesejáveis de um modelo de desenvolvimento que busca majoritariamente o lucro, em detrimento dos direitos das populações e do bem viver. Durante o Agroecol 2024 construíram-se propostas a partir das palestras, debates, apresentações de trabalhos técnico-científicos, relatos de experiências, oficinas, rodas de diálogos, entre outras, as quais foram sistematizadas e apresentadas ao final do evento para novas contribuições e validação pela plenária, com intuito de servir de documento para gestões visando o fortalecimento da agroecologia e ao desenvolvimento sustentável, as quais estão listadas a seguir: 1) Fortalecimento da Agroecologia na agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana; 2) Fortalecimento da produção diversificada, circuitos curtos de comercialização e do desenvolvimento local e territorial sustentável; 3) Processos de formação em agroecossistemas biodiversos, resilientes, em bases agroecológicas; 4) Fortalecimento da pesquisa pública, construção de sistemas sociotécnicos de produção e comunicação do conhecimento agroecológico; 5) Assistência técnica qualificada e em quantidade adequada às necessidades dos agricultores; 6) Crédito condizente com sistemas biodiversos em bases agroecológicas, desburocratizado e flexível; 7) Reconhecimento e pagamentos por serviços ambientais e socioeconômicos; 8) Máquinas e equipamentos para otimizar os trabalhos em sistemas biodiversos em bases agroecológicas; e 9) Fortalecimento do consumo de produtos oriundos de sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Palavras-chave: Agroecossistemas biodiversos, sistemas agroalimentares sustentáveis, circuitos curtos de comercialização, bem viver, sociobiodiversidade, agroextrativismo.



Abstract: We are at a time in history where we are deeply concerned about the future, as we are experiencing a climate emergency, with extreme droughts, devastating floods, and unprecedented heat waves, combined with uncontrolled fires, which are some of the undesirable consequences of a development model that seeks profit, to the detriment of the rights of the population and well-being. During Agroecol 2024, proposals were developed based on lectures, debates, presentations of technical-scientific papers, reports of experiences, workshops, dialogue circles, among others, which were systematized and presented at the end of the event for new contributions and validation by the plenary, with the aim of serving as a document for management aimed at strengthening agroecology and sustainable development, which are listed below: 1) Strengthening agroecology in family farming, indigenous peoples, traditional communities, urban and peri-urban agriculture; 2) Strengthening diversified production, short marketing circuits and sustainable local and territorial development; 3) Training processes in biodiverse agroecosystems, resilient, on agroecological bases; 4) Strengthening public research, construction of sociotechnical systems for the production and communication of agroecological knowledge; 5) Qualified technical assistance in quantities adequate to the needs of farmers; 6) Credit consistent with biodiverse systems on an agroecological basis, unbureaucratic and flexible; 7) Recognition and payments for environmental and socioeconomic services; 8) Machinery and equipment to optimize work in biodiverse systems on an agroecological basis; and 9) Strengthening the consumption of products from biodiverse systems on an agroecological basis.

Keywords: Biodiverse agroecosystems, sustainable agrifood systems, short marketing circuits, enjoying life, sociobiodiversity, agroextractivism.

Introdução

Os 519 participantes do Agroecol 2024, sendo 324 mulheres, 188 homens e 7 outros, representando 178 instituições e entidades/organizações, destacam sua motivação em compartilhar conhecimentos e experiências, debater e, sobretudo, sua disposição para o diálogo entre as ciências e as organizações da sociedade, governos (federal, estaduais e municipais) a colaboração para construir caminhos agroecológicos que facilitem o cultivo e a construção de um mundo onde todos possam usufruir do bem viver.

Ressalta-se que essa edição do Agroecol foi realizada em um tempo extremamente sombrio, à beira de uma catástrofe climática, onde se somam enchentes devastadoras, secas extremas, ondas de calor nunca vistas, associadas a queimadas descontroladas, consequências de um modelo de desenvolvimento que busca majoritariamente o lucro, cooptado pelas grandes corporações, em detrimento dos direitos das populações e do bem viver.

Salienta-se que esse modelo de desenvolvimento promove as chamadas “guerras eternas” aqui no Brasil, mostrando-se um modelo agrícola predador, que contribui para severas destruições do meio ambiente, avançando sobre os biomas e destruindo



modos de vida das populações tradicionais, tanto de forma sutil através do envenenamento da água e dos alimentos com resíduos de agrotóxicos, como na violência explícita sobre as comunidades tradicionais, como foi denunciado em diversas mesas redondas durante o Agroecol 2024.

Nas cidades, esse modelo de desenvolvimento avança e alcança processos caóticos para a sociedade, se traduzindo na violência policial, ação de milícias e do crime organizado oprimindo populações pobres das periferias urbanas, em sua maioria afrodescendentes, comandando-os e suprimindo direitos destas populações em relação ao restante da sociedade.

No ambiente político, aos poucos vão se frustrando as expectativas iniciais de mudanças sociais, pois, apesar das iniciativas importantes como a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA e de novos ministérios, como dos povos indígenas, dos direitos humanos e da igualdade racial, estes ministérios têm orçamentos ínfimos e não conseguem atender às expectativas criadas, enquanto que os recursos destinados a alguns ministérios que contribuem significativamente para aumentar os problemas ambientais, como o Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa e o Ministério de Minas e Energia, têm aporte de recursos recordes para continuarem bancando processos repudiados pela maioria da sociedade brasileira, como a destruição ambiental, por exemplo.

É importante salientar que, após quase dois anos de luta dos movimentos agroecológico e orgânico, apesar de ter conseguido reestabelecer diversas instâncias de discussões e deliberações no país, como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica e, depois de vários adiamentos, finalmente se ter conseguido o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), no 16 de outubro passado, no Dia Mundial da Alimentação, e finalmente depois de 16 anos de luta, o lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) foi novamente frustrado ao não ser lançado no dia 03 de dezembro de 2024, véspera do Agroecol, por veto do Mapa. Aliás, ressalta-se e repudia-se que esse ministério continua o processo de liberação acelerada de agrotóxicos, que desmontou e esvaziou as estruturas de controle da Produção Orgânica em vários estados e no país.

Vale ressaltar que o Plano de Agroecologia, Produção Orgânica e Extrativismo Sustentável Orgânico do Estado de Mato Grosso do Sul - PRÓ-ORGÂNICO (Resolução Semagro/MS nº 705, 2020), envolve a rica biodiversidade presente no estado aliada à vocação na produção de alimentos, a pluriatividade intrínseca à agricultura familiar, as formas de organização e acesso a mercados, visando consolidar a potencialidade do estado na produção de alimentos agroecológicos, orgânicos e daqueles oriundos do extrativismo sustentável. O Plano tem previsão de readequações a cada 4 anos e para 2025 pretende-se incluir as pautas aqui apresentadas.



O Agroecol 2024 teve como objetivos incentivar a aproximação e diálogo dos principais atores da Agroecologia do estado do Mato Grosso do Sul, com representantes de outras regiões do Brasil e de países da América do Sul; possibilitar espaço de disseminação de estudos técnico-científicos; ampliar a socialização do conhecimento agroecológico e fortalecer canais e redes de produção e comercialização. No decorrer do evento todos os temas foram abordados com a perspectiva dos desafios e oportunidades da sua aplicação, assim como das práticas agroecológicas para o Bem Viver.

Metodologia

Construíram-se as propostas durante as atividades realizadas no Agroecol – “Água e Clima: direito à vida”, a partir das palestras, debates, apresentações de trabalhos técnico-científicos, relatos de experiências, oficinas, rodas de diálogos, entre outras, as quais foram sistematizadas e apresentadas ao final do evento para novas contribuições e validação pela plenária.

Resultados e encaminhamentos

Diante desse quadro pouco promissor e altamente preocupante, os participantes do AGROECOL elaboraram e validaram propostas durante o evento, as quais são apresentadas sucintamente a seguir:

Fortalecimento da Agroecologia na agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana

Reconhecimento, homologação e demarcação de todos os territórios reivindicados pelas populações indígenas e outras populações tradicionais, e o imediato fim da violência policial e das milícias provadas contra essas populações.

Reconhecimento e compreensão do potencial transformador da Agroecologia para a mudança de paradigma de desenvolvimento capaz de construir uma agricultura biodiversa, de base familiar camponesa e resiliente às mudanças climáticas.

Compreensão e compromisso da Agroecologia em transformar essa realidade de iniquidade do campo, promovendo o desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável, muito além das corriqueiras frases modais, e a construção de um mundo mais justo, solidário e ambientalmente sustentável.

Fortalecimento das estratégias de educação em Agroecologia em todos os níveis, bem como a produção científica e tecnológica e os respectivos meios de



disseminação, para melhorar o diálogo com o conjunto dos conhecimentos necessários à construção do conhecimento agroecológico e a formação de uma massa crítica capaz de enfrentar os desafios atuais e do futuro.

Adoção do enfoque científico da Agroecologia, cuja base epistemológica pressupõe a junção e o intercâmbio dos saberes técnico-científico e populares.

Reconhecimento da importância da agricultura familiar camponesa e dos saberes dos povos indígenas e outras populações tradicionais para assegurar o fortalecimento do tecido social e da identidade cultural dos povos latino-americanos, incluindo o acesso à terra, sementes e água, bem como o direito à segurança e soberania alimentar.

Reconhecimento dos saberes e experiências das mulheres nas suas práticas ligadas à reprodução da vida: segurança e soberania alimentar, saúde, manutenção e conservação da agrobiodiversidade. Que suas reivindicações e demandas sejam valorizadas e acatadas por extensionistas, pesquisadores, gestores e lideranças.

Contemplar as relações de gênero, evidenciando a necessidade de valorizar as contribuições das mulheres e as questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, entre elas, a violência cotidiana enfrentada pelas agricultoras.

Que os municípios criem “espaços produtivos” nas áreas urbanas e periurbanas, estimulando a implantação de hortas agroflorestais nos bairros, com o objetivo de produzir boa diversidade de alimentos em bases agroecológicas para consumo local e fortalecer os circuitos curtos de comercialização, além de sequestrar carbono, como uma estratégia inovadora de enfrentar as adversidades das mudanças climáticas.

Que municípios com predominância de agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, limitem e proíbam as pulverizações via aérea de agrotóxicos.

Que as análises de água, solo, folhas, alimentos e outros produtos que possam ser contaminados por agrotóxicos sejam facilitadas para agricultores e suas organizações em laboratórios nos órgãos públicos de pesquisa e universidades públicas.

Manutenção de centros de origem das espécies cultivadas livres de organismos transgênicos e que seja proibido o patenteamento da biodiversidade e outras regulamentações que impedem o livre intercâmbio dos recursos genéticos, o que é fundamental para a soberania alimentar da humanidade.

Estruturação de viveiros de mudas nativas e frutíferas para apoiar os projetos de restauração florestal e de sistemas agroflorestais em bases agroecológicas, e



organização de estratégias de manutenção de espécies vegetais de interesse que se propagam de forma vegetativa.

Fortalecimento da organização do movimento agroecológico em redes e incentivos ao intercâmbio de saberes com redes de outros estados e regiões, visando fortalecer o movimento a nível nacional, internacional e no estado de Mato Grosso do Sul.

Criação de assentamentos da reforma agrária com planejamento específico para uso de técnicas em bases agroecológicas e produção diversificada de alimentos saudáveis, adotando processos de seleção das famílias com critérios específicos.

Uso de sistemas agroflorestais biodiversos como forma de restauração de Reserva Legal, adequação ambiental e restauração de espaços degradados com uso de espécies nativas de cada bioma.

Incentivo à criação de leis municipais e implementação de ações estruturadas para valorizar os produtos e processos agroecológicos, visando contribuir com a adoção de boas práticas ambientais nos municípios brasileiros.

Suporte à produção de insumos agroecológicos junto às organizações de agricultores agroecológicos, como: biofábricas e usinas de compostagem.

Fortalecimento da produção diversificada, circuitos curtos de comercialização e do desenvolvimento local e territorial sustentável

Implementação de um amplo Programa para o Desenvolvimento da Agroecologia no Brasil voltado à agricultura familiar, povos tradicionais e comunidades indígenas, com atuação integrada e sinérgica de vários ministérios. Que os Estados e os Municípios elaborem e implementem seus Programas, integrados ao Programa Nacional, contemplando as especificidades das realidades locais e dos povos envolvidos.

Estímulos à criação e fortalecimento de grupos informais, associações e cooperativas de agricultores agroecológicos e orgânicos para auxiliar na organização de compras conjuntas, da produção, assistência técnica e comercialização.

Estímulos à agroindustrialização cooperativa para beneficiar a produção diversificada, principalmente envolvendo frutíferas e hortaliças, agregando valor a essas cadeias produtivas. Para isso é fundamental a elaboração de protocolos sanitários que garantam a inocuidade dos produtos aos consumidores, mas que não sirvam de barreiras à entrada dos agricultores familiares e comunidades tradicionais no mercado.



Apoio, principalmente logístico, à criação e manutenção de feiras de agricultores nos municípios, visando o fortalecimento da comercialização da produção local diversificada e em bases agroecológicas, visando a eliminação de intermediários.

Estímulos à formação e funcionamento de cooperativas de consumidores, para criar laços entre estes e agricultores locais (rurais e urbanos), fortalecendo a demanda de produção diversificada e em bases agroecológicas e sua comercialização.

Fortalecimento de mercados institucionais, priorizando a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, além da criação e implementação de outros programas, para darem suporte à comercialização da produção diversificada em bases agroecológicas.

Criação do Programa de Aquisição de Alimentos Agroecológicos e Orgânicos, bem como destinação de incentivos à criação de metas e cotas aos municípios e estados brasileiros para implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar Agroecológico e outros mercados institucionais.

Estímulo por meio de redução e até isenção de impostos a estabelecimentos comerciais locais que adquirirem produtos oriundos de sistemas biodiversos, produzidos em bases agroecológicas pela agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana no município e municípios vizinhos.

Apoio a grupos de mulheres e jovens rurais e urbanos para a adoção de sistemas biodiversos e em bases agroecológicas, incentivando-os a processamentos mínimos da produção e venda em canais curtos de comercialização, preparando-os para atuarem como multiplicadores.

Implementação de programas de apoio à agroindustrialização de produtos da agro sociobiodiversidade produzidos em bases agroecológicas, estimulando processamentos mínimos, fomentando agroindústrias familiares e sistemas cooperativos interfamiliares nas comunidades rurais e periurbanas.

Desenvolver protocolos sanitários para processamento e industrialização de produtos de origem animal, com vistas à garantia da qualidade sanitária destes produtos, mas sem transformar esses protocolos em barreiras ao acesso dos agricultores familiares aos mercados.

Fomento à produção e processamento de frutas nativas em cada bioma, por meio de sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Aperfeiçoamento da legislação sanitária para produtos artesanais de base agroecológica e orgânica, tornando-a mais flexível.



Implementação de um programa de desenvolvimento da agricultura urbana utilizando-se sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Implementação de programas de paisagismo produtivo em praças, prédios públicos, canteiros centrais e em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) urbanas nos municípios, com foco em espécies frutíferas nativas, dentre outras, produtoras de alimentos em bases agroecológicas.

Incentivos à criação de programas como VALE FEIRA AGROECOLÓGICA pelos municípios, com intuito de estimular a produção local e as relações nas feiras, contribuindo com a melhoria da qualidade da alimentação e como complemento de renda para servidores municipais e às famílias em situação de vulnerabilidade.

Divulgação do Observatório do Cooperativismo e Mercado Solidário <https://obcoop.ufms.br/obcoop-solidario/> - O aplicativo Mercado Solidário trata-se de uma plataforma destinada a compatibilizar a demanda por alimentos da agricultura familiar com a oferta gerada pelos produtores associados às instituições de Economia Solidária, participantes do PRODES. Dessa forma, visa auxiliar no gerenciamento de ofertas e demandas que entregará maior visibilidade aos agricultores e melhores ofertas aos demandantes da região. Existe a possibilidade de diferenciação na plataforma para produtos agroecológicos ou em transição, assim como produtos da sociobiodiversidade.

Processos de formação em agroecossistemas biodiversos, resilientes, em bases agroecológicas

Arranjo interinstitucional, coordenado pelo governo federal, envolvendo universidades federais, institutos federais, unidades da Embrapa, universidades estaduais, instituições estaduais de pesquisa e de extensão rural, organizações da sociedade civil, entre outros, para formação de profissionais e agricultores em sistemas biodiversos e em bases agroecológicas. Identificar, cadastrar e formar equipes para implementar duas frentes de atuação: 1) Cursos de graduação e pós-graduação; 2) Formação continuada de agricultores.

Criação de cursos interinstitucionais de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado em sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Inserção de disciplinas de sistemas biodiversos e em bases agroecológicas nas grades curriculares dos cursos de Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Agroecologia, Gestão Ambiental, entre outros afins, com intuito de despertar estudantes para se aprofundarem em formações específicas por meio de pós-graduações.



Gestões do governo federal e parcerias com os governos estaduais para a criação de cursos técnicos em sistemas agroflorestais biodiversos em bases agroecológicas.

Criação de Residências Agrárias de Base Agroecológica para apoiar a consolidação da formação de profissionais e garantir convicção na sua atuação junto aos agricultores e suas cadeias produtivas.

Valorização do agroextrativismo sustentável e dos produtos da sociobiodiversidade, com processos de formação para atuação em consultorias em agroindústrias rurais e urbanas, envolvendo espécies nativas de cada bioma para fins de alimentação e saúde.

Fortalecimento da pesquisa pública, construção de sistemas sociotécnicos de produção e comunicação do conhecimento agroecológico

Ampliação das equipes de pesquisa e transferência de tecnologias que atuam junto à agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana, com foco em sistemas biodiversos em bases agroecológicas. Promover capacitações metodológicas para atuarem com essas populações, com intuito de evitar choques culturais e mesmo desestruturação dessas comunidades.

Ampliação do aporte de recursos para pesquisas e transferência de tecnologias, priorizando metodologias participativas, visando beneficiar a agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana, com foco em sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Reestruturação, fortalecimento e capacitação das equipes da Embrapa, com ampliação do quadro funcional, de recursos destinados a custeios e investimentos nas atividades de pesquisa e transferência de tecnologias para atuarem com a agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana, com foco em sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Ampliação das equipes e de aporte de recursos financeiros nas instituições estaduais de pesquisa e extensão rural para atuação junto à agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana, com foco em sistemas biodiversos em bases agroecológicas. Promover capacitações técnicas e metodológicas para atuação com esses públicos específicos.

Ampliação das equipes e de aporte de recursos financeiros nas universidades e institutos federais, bem como nas universidades estaduais, para atuação junto à agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana, com foco em sistemas biodiversos em bases agroecológicas.



Assistência técnica qualificada e em quantidade adequada às necessidades dos agricultores

Destinação de “equipes técnicas multidisciplinares e em quantidades adequadas” de profissionais em função das especificidades dos sistemas biodiversos em bases agroecológicas e suas cadeias produtivas, valorizando e respeitando as singularidades territoriais, promovendo a cidadania e o desenvolvimento rural sustentável.

Formatação e implementação de processos de capacitação continuada de técnicos e agricultores em sistemas biodiversos em bases agroecológicas, e em metodologias de atuação participativa com populações tradicionais, por meio de cursos (curta, média e longa duração), oficinas, visitas a experiências exitosas e intercâmbios com trocas de saberes e experiências com os atores responsáveis, entre outras metodologias, para se habilitarem a trabalharem com esses agroecossistemas e suas cadeias produtivas.

Utilização de sistemas biodiversos em bases agroecológicas implantados por agricultores e/ou suas organizações como “Unidades-Referência” para atividades coletivas de Assistência Técnica e Extensão Rural, facilitando a troca de experiências entre agricultores e técnicos e construção de conhecimentos.

Adoção de políticas de extensão rural com diretrizes e orientação técnica para auxiliar os agricultores a promoverem a transição de monocultivos ou sistemas pouco diversificados para sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Apoio à estruturação de centros ou unidades de formação para a agricultura familiar de base agroecológica, com “Unidades Didáticas e Vitrines Agroecológicas” e outras metodologias para transferência de tecnologias, a exemplo do que está sendo construído no Centro de Apoio Tecnológico para a Agricultura Familiar – CETAF, em Glória de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Promoção da participação de instituições de pesquisa e extensão em exposições e feiras relacionadas com agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura urbana e periurbana, com foco em sistemas biodiversos em bases agroecológicas para aproximar assistência técnica em diferentes espaços de apoio aos agricultores.

Crédito condizente com sistemas biodiversos em bases agroecológicas, desburocratizado e flexível

Que os recursos qualificados como “Fomento” para novos assentamentos rurais formalizados em processos de reforma agrária, visam à “implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração



de trabalho e renda” (Decreto nº 11.586/2023), sejam destinados exclusivamente à implantação de sistemas biodiversos em bases agroecológicas, preferencialmente sistemas agroflorestais, no entorno ou próximos às novas residências.

Disponibilização de linhas especiais de créditos desburocratizados e flexíveis para sistemas biodiversos em bases agroecológicas, que contemplem as particularidades desses sistemas (incluindo-se aquisição de maquinários, ferramentas e equipamentos apropriados, não se restringindo a kits pré-estabelecidos).

Que as linhas de créditos tenham carência condizente para pagamento, uma vez que os sistemas biodiversos em bases agroecológicas, principalmente os sistemas agroflorestais são perenes e possuem longo período de maturação.

Que as linhas de créditos disponibilizadas para sistemas biodiversos em bases agroecológicas não tenham as mesmas concepções dispensadas a sistemas homogêneos (monoculturas ou monoatividades).

Que as linhas de créditos para sistemas biodiversos em bases agroecológicas não sejam condicionadas a pacotes tecnológicos, e que sejam desburocratizadas, não fazendo as mesmas exigências cobradas de produtores patronais ou empresariais.

Reconhecimento e pagamentos por serviços ambientais e socioeconômicos

Viabilização de formas de pagamento em função dos múltiplos benefícios gerados pelos sistemas biodiversos em bases agroecológicas à sociedade e não deve ser nos moldes que é tratada a estocagem de carbono, como se fosse o único serviço ambiental produzido, pois é excludente e desvaloriza a multiplicidade dos serviços que esses agroecossistemas provêm.

Adoção de enfoque holístico no reconhecimento dos serviços prestados por sistemas biodiversos em bases agroecológicas, devendo contemplar e valorizar a sua essência e estimular os agricultores a continuarem contribuindo com o país por meio de sistemas resilientes às adversidades decorrentes das mudanças climáticas.

Criação de políticas de incentivo financeiro a municípios que efetivamente implementem projetos e iniciativas de boas práticas ambientais para apoiar os agricultores locais, a exemplo da produção agroecológica, orgânica e sistemas agroflorestais biodiversos, por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais, utilizando-se recursos do ICMS Ecológico.

Destinação de recursos nos orçamentos anuais dos governos (federal, estaduais e municipais) específicos para pagamentos por serviços ambientais e socioeconômicos providos por sistemas biodiversos em bases agroecológicas.



Articulações e incentivos dos governos (federal, estaduais e municipais) para viabilizar a implementação de arranjos com empresas que tenham compromissos socioambientais, visando agregá-las em projetos de pagamentos por serviços ambientais e socioeconômicos providos por sistemas biodiversos em bases agroecológicas.

Implementação de política de “compensações especiais” aos agricultores por serviços ambientais e socioeconômicos providos por sistemas biodiversos em bases agroecológicas. Esse “PSA especial” pode ser viabilizado por meio da somatória de benefícios, como: incentivos fiscais, créditos especiais, priorização em mercados institucionais, atendimento prioritário em bancos públicos, desburocratização em processos de financiamentos, entre outras compensações.

Máquinas e equipamentos para otimizar os trabalhos em sistemas biodiversos em bases agroecológicas

Implementação de políticas de apoio à fabricação de máquinas e equipamentos de pequeno porte, condizentes com a realidade da agricultura familiar, bem como às especificidades dos sistemas biodiversos em bases agroecológicas, com ênfase especial aos sistemas agroflorestais biodiversos.

Fomentos aos agricultores para adquirirem máquinas e equipamentos adequados para as diferentes atividades a serem realizadas nos sistemas biodiversos em bases agroecológicas, com intuito de reduzir a penosidade do trabalho, aumentar a eficiência das operações e possibilitar a condução de maiores áreas com esses agroecossistemas, otimizando a utilização da mão de obra.

Desenvolvimento de linhas de produção com tecnologia apropriada para processamento de espécies nativas para fins de alimentação e saúde, de forma a apoiar as agroindústrias rurais e urbanas, incluindo o aproveitamento de resíduos e enriquecimento nutricional de novos produtos.

Fortalecimento do consumo de produtos oriundos de sistemas biodiversos em bases agroecológicas

Realização de campanhas de conscientização dos consumidores sobre os benefícios ambientais e sociais gerados pelos sistemas biodiversos em bases agroecológicas, bem como inerente à qualidade dos produtos oriundos desses agroecossistemas.

Criação de um “Selo” para utilização em processos de comercialização da produção oriunda de sistemas biodiversos em bases agroecológicas, com atenção especial aos sistemas agroflorestais biodiversos, sem a burocracia adotada na certificação orgânica, com intuito de distinguir de sistemas simplificados, visando reconhecimento dos consumidores.



Promoção de ações de integração entre Agricultura Familiar de Base Agroecológica, Turismo e Meio Ambiente, de forma a criar sinergias entre estes temas e fortalecer todos os processos associados.

Ampliação do fornecimento de produtos da sociobiodiversidade, com maior apelo à saudabilidade e sustentabilidade, com apoio de campanhas de marketing e maior acesso a novos mercados, como: empórios naturais e cadeias de restaurantes de alimentação saudável no estado de Mato Grosso do Sul, em outros estados do Brasil e em nível internacional.

Considerações finais

É altamente desafiador para cada cidadão e à toda a sociedade, tendo em vista as abruptas adversidades causadas em função das mudanças climáticas.

Há necessidade de repensar e ressignificar a agricultura e as relações das pessoas com o meio ambiente, tanto nas áreas rurais como nas cidades, sob pena de agravamentos catastróficos doravante.

É urgente a necessidade de promover transformações nos agroecossistemas brasileiros e empreender mudanças expressivas nas paisagens, bem como nos sistemas agroalimentares, na vida das famílias agricultoras e nos mercados locais.

Para tal, são necessárias políticas e ações estruturadas implementadas de forma sinérgica, com responsabilidades claras e monitoráveis dos governos (federal, estaduais e municipais).

Mas há responsabilidades de toda a sociedade, em que cada cidadão deve fazer a sua parte. Nesse contexto, o empresariado que tem responsabilidade socioambiental pode assumir papéis importantes nesse processo e se diferenciar no mercado.

No entanto, cabe ao governo federal assumir o comando de diversas iniciativas para orquestrar e coordenar as grandes transformações, considerando as peculiaridades de cada bioma brasileiro, as culturas regionais, entre outras especificidades necessárias para mudar o cenário de “experiências locais de sucesso com sistemas biodiversos em bases agroecológicas” para a sua ampla adoção e mudança dos agroecossistemas, predominantemente monoculturais, para uma “paisagem biodiversa”, potencializando a provisão de serviços ecossistêmicos, os quais beneficiam toda a sociedade.